2.ª Repartição de Instrução Primária e Normal

DECRETO N.º 2:387

Tornando-se necessário reunir num só diploma todas as disposições legais em vigor sobre a instrução primária;

Em conformidade com a lei de 7 de Julho de 1913, que criou e o decreto de 13 de Outubro de 1913, que organizou o Ministério de Instrução Pública; o decreto com força de lei, de 27 de Abril de 1911 e o decreto n.º 1:303, de 23 de Dezembro de 1914, que organizaram o Conselho da Instrução Pública; a lei de 3 de Junho de 1913 e o decreto n.º 1:378, de 3 de março de 1915, que dão preferência, em certas condições, às professoras nos concursos para escolas; a lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, que organizou o ensino normal primário; a lei n.º 424, de 11 de Setembro de 1915, que classificou em quatro ordens as localidades em que há escolas primárias; a lei orçamental de 31 de Agosto de 1915; o regulamento de 22 de Fevereiro de 1913, por força do disposto no § 1.º do artigo 13.º e artigo 14.º da lei n.º 424; o decreto regulamentar de 23 de Agosto de 1911, por força do disposto nos artigos 14.º e 18.º da lei n.º 424; e ainda as disposições de carácter transitório da lei de 29 de Março de 1911, que já caducaram e outras que estão prejudicadas, alteradas, revogadas ou substituídas pelas citadas leis e regulamentos que elas sancionaram, convindo fazer-se uma nova publicação da referida lei de 29 de Março de 1911, corrigida e acrescentada de todas as leis e diplomas a elas equivalentes em vigor, respeitantes à instrução primária, ficando para diploma subsequente a respectiva codificação regulamentar:

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, o seguinte:

Do ensino infantil, primário e normal

PARTE I

CAPÍTULO I

Da direcção do ensino

Artigo 1.º A direcção do ensino infantil, primário e normal, pertence ao Ministério de Instrução Pública, que a exercerá por intermédio das Repartições da Instrução Primária e Normal, da Inspeção do Ensino Primário e da Secção de Instrução Primária do Conselho da Instrução Pública.

Art. 2.º As Repartições de Instrução Primária e Normal exercem, com o carácter que lhes é próprio, funções de natureza educativa e dirigente; a Inspeção do Ensino Primário desempenha funções de natureza pedagógica; e a Secção de Instrução Primária do Conselho da Instrução Pública consulta sobre todos os problemas do ensino primário e normal.

CAPÍTULO II

Do objecto, categoria e grau do ensino

Art. 3.º Haverá duas categorias de ensino: infantil e primário.

Art. 4.º O ensino primário abrange três graus: elementar, complementar e superior.

Art. 5.º O objecto do ensino infantil é comum aos dois sexos e tem em vista a educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, desde os quatro aos sete anos de idade, com o fim de lhes dar um começo de hábitos e disposições, nos quais se possa apoiar o ensino regular da escola primária.

§ único. A educação das crianças, de que trata este artigo, é feita, na escola pela professora, e na família pela

mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação a dar à educação da criança.

Art. 6.º O ensino infantil, sob a forma de lição de cousas e como preparação para o ensino primário, compreende:

1.º Aquisição do vocabulário pelo conhecimento dos objectos e da sua aplicação;

Exercícios graduados de linguagem dentro do vocabulário familiar;

Preliminares de leitura e escrita;

Contos e lendas tradicionais de grande simplicidade de acção e com intuits patrióticos e morais;

Noções de geografia descritiva pela observação dos lugares que a criança conheça;

Aquisição de hábitos morais por meio do exemplo e do ensino;

Aprendizagem dos nomes e utilidade dos móveis e utensílios caseiros, do vestuário, dos alimentos, etc.;

Conhecimento das diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra;

2.º Contar até 100; soma e subtracção;

Aprendizagem dos nomes e utilidade dos pesos e medidas;

Sentido do tamanho e proporções das cousas;

Conhecimento das côres e da forma das cousas;

Noções sobre os animais mais conhecidos e sobre os vegetais e minerais de que se encontrem exemplares na região;

Designação das partes principais do corpo humano;

3.º Desenho e modelagem infantis;

Canto e dicção de pequenas poesias de assuntos cívicos e patrióticos, etc.;

4.º Regulamentação do emprêgo do tempo; a fim de criar na criança hábitos higiênicos e método de trabalho;

Jogos livres e outros exercícios, que sirvam para educar os sentidos e concorram para o desenvolvimento físico da criança;

Distracções agrícolas e pequenos trabalhos manuais, etc.

§ único. Este ensino será ministrado, quanto possível, gradualmente, de harmonia com a idade das crianças, diversidade do seu temperamento, robustez, precocidade ou atraso.

Art. 7.º As noções e conhecimentos ministrados no ensino infantil devem transmitir-se, tanto quanto possível, por meio de representações plásticas e gráficas, com o auxílio do material froebeliano e por meio de exercícios adequados à escola infantil.

§ único. Nenhuma criança se poderá matricular nesta categoria de ensino, que durará três anos, antes dos quatro anos de idade.

Art. 8.º As creches, asilos ou casas de educação onde se ministre o ensino a crianças de menos de sete anos de idade, pertencentes ao Estado ou aos municípios, deverão sempre que seja possível, ser transformadas em escolas infantis.

Art. 9.º Constituem objecto do ensino primário elementar:

1.º Leitura; escrita; rudimentos da língua portuguesa; contos de história pátria e lendas tradicionais;

Noções preliminares de geografia geral e notícia sumária das províncias, cidades e vilas de Portugal, das suas colónias e ilhas adjacentes, apresentadas, tanto quanto possível, sob a forma de contos de viagens e de descrições geográficas;

Moral prática, tendente a orientar a vontade para o bem e a desenvolver a sensibilidade;

Noções muito sumárias sobre a educação social, económica e cívica;

2.º Operações fundamentais da aritmética; noções de sistema métrico decimal;

Geometria prática elementar;

Notícia dos produtos mais comuns da natureza, empregados especialmente na agricultura e indústria;

Conhecimento dos fenómenos naturais mais vulgares;

3.º Desenho e modelação;

Canto coral e dicção de pequenas poesias;

4.º Higiene individual; gymnástica; jogos educativos e especialmente os nacionais;

Trabalhos manuais e agrícolas, conforme os sexos e as regiões.

§ único. Neste grau de ensino, que durará três anos, nenhuma criança se poderá matricular com menos de 7 anos de idade.

Art. 10.º Constituem objecto do ensino primário complementar:

1.º Leitura e conversação; escrita e composição; noções gerais da língua portuguesa;

Noções elementares de história geral e pátria;

Noções elementares de geografia geral e pátria; aspectos dominantes das diferentes localidades (actividade commercial, industrial, artística, etc.);

Desenvolvimento da moral prática, como meio de formar o carácter;

Noções elementares de economia rural ou fabril, conforme a região;

Rudimentos de economia doméstica e social; direitos e deveres dos cidadãos;

2.º Noções elementares de aritmética, geometria, e rudimentos de sciências fisico-químicas e histórico-naturais, especialmente applicáveis à indústria e agricultura; astronomia descritiva;

3.º Desenho e modelação, caligrafia, fotografia, canto coral e recitação;

4.º Desenvolvimento da hygiene; jogos, gymnástica; passo e atitudes militares;

Trabalhos manuais ou agrícolas, conforme os interesses regionais e exercícios militares para o sexo masculino;

Trabalhos manuais, jardinagem, horticultura e economia doméstica para o sexo feminino.

§ único. Neste grau de ensino, que durará dois anos, nenhuma criança se poderá matricular com menos de 10 anos de idade e sem exame do grau elementar.

Art. 11.º O ensino primário superior será professado em três anos e constituído pelas disciplinas constantes do seguinte quadro:

1.º Língua portuguesa;

2.º Língua franceza;

3.º Língua inglesa;

4.º História, especialmente de Portugal;

5.º Geografia geral e especificadamente de Portugal e colónias; geografia económica;

6.º Moral;

7.º Instrução cívica;

8.º Noções de economia;

9.º Direito usual;

10.º Matemáticas elementares (aritmética, geometria, álgebra e agrimensura);

11.º Contabilidade;

12.º Sciências fisico-químicas e histórico-naturais e suas applicações, determinadamente à agricultura, ao comércio e às indústrias, consoante as necessidades particulares de cada região;

13.º Higiene;

14.º Desenho;

15.º Prática em aulas-escritórios; estenografia; oficinas; campos experimentais;

16.º Educação física, exercícios militares, gymnástica, jogos, natação, romagem, etc.;

17.º Música e canto coral.

§ 1.º Estas matérias constituem um curso geral de três anos, que terá cursos práticos especiais para o ensino agrícola, industrial, commercial ou marítimo, consoante as

necessidades das regiões a que as escolas pertençam. Os programas serão feitos de harmonia com as diversas secções.

§ 2.º Ninguém poderá matricular-se neste grau de ensino, cujo curso será de três anos, com menos de doze anos de idade e sem o exame do curso complementar, ou transitóriamente, do segundo grau da antiga lei.

CAPÍTULO III

Da orientação do ensino

Art. 12.º Todo o ensino primário deve ser essencialmente prático, utilitário e quanto possível intuitivo.

Art. 13.º Os agentes deste ensino terão em vista que o fim da escola primária consiste em habilitar o homem para a luta da vida, ministrando uma educação que tenda substancialmente a esse fim.

Art. 14.º Tanto no ensino elementar como no complementar, deve dispensar-se o mais possível o livro, como texto de lições, especialmente para o estudo da aritmética, sistema métrico, geometria, desenho, sciências naturais, agricultura e moral.

Art. 15.º Em ambos estes graus de ensino são obrigatórias as lições de cousas, como meio de educação física, intelectual, moral e estética.

Art. 16.º No ensino primário superior, uma grande parte do tempo lectivo deve ser exclusivamente consagrado a trabalhos de applicação e exercícios práticos.

Art. 17.º São obrigatórias, em todos os graus de ensino, de conformidade com a indole, natureza e destino de cada um, as excursões, visitas e passeios pedagógicos, a fim de colhêr e colleccionar especimes para o estudo dos fenómenos naturais, no intuito de esclarecer e precisar as noções ministradas na escola.

Art. 18.º O processo para a adopção dos livros, tanto para o ensino primário como para o normal, será determinado em regulamento.

CAPÍTULO IV

Das escolas de instrução primária

Art. 19.º Em conformidade com as categorias e graus de ensino, as escolas são infantis, primárias elementares e complementares e superiores.

Art. 20.º Independentemente da divisão dos professores em classes, para o efeito dos seus vencimentos (nos termos da legislação vigente), as localidades em que houver escolas são classificadas em quatro ordens, da maneira seguinte:

1.º São consideradas terras de 1.ª ordem as sedes dos concelhos assim classificados, para os efeitos administrativos ou fiscaes, as capitais de distrito e as povoações de mais de 8:000 habitantes;

2.º São consideradas terras de 2.ª ordem as sedes dos concelhos assim classificados, nos termos do n.º 1.º, e as povoações de mais de 5:000 a 8:000 habitantes;

3.º São consideradas terras de 3.ª ordem as dos concelhos assim classificados, nos termos do n.º 1.º, e as localidades de mais de 1:500 a 5:000 habitantes;

4.º São consideradas terras de 4.ª ordem todas as demais localidades não compreendidas nos três números antecedentes.

§ único. No regulamento desta lei se determinarão as localidades que, pelo facto de estarem próximo às 1.ª e 2.ª ordem, ou sujeitas à mesma carestia de vida, devem ser consideradas como tais.

Art. 21.º O ensino elementar e complementar é professado na mesma escola.

Art. 22.º Em cada um dos bairros das cidades de Lisboa e do Porto, em todas as capitais de distrito e nas cabeças dos principais concelhos, serão criadas escolas infantis ou jardins-escolas para crianças de ambos os sexos, desde a idade dos quatro anos até os sete anos com-

pletos, à medida que os recursos dos diferentes municípios o forem permitindo.

Art. 23.º As escolas infantis serão instaladas em edifícios próprios, construídos em terrenos vedados, que sejam isolados doutras construções e da via pública, e com espaço bastante para plantações, recreios e jogos ao ar livre.

§ único. As câmaras municipais poderão comprar ou arrendar, para a referida instalação, quaisquer edifícios públicos ou particulares, contando que esses edifícios sejam plenamente adaptáveis àquele fim.

Art. 24.º As escolas infantis são regidas por professoras diplomadas na especialidade pelas escolas normais e abrangem tantas classes quantas as precisas para uma boa administração do ensino.

§ único. Para tornar exequível desde já esta providência, e enquanto não houver pessoal habilitado para aquelas escolas, as câmaras municipais poderão contratar professoras nacionais ou estrangeiras que provejam competência especial para ministrar o ensino infantil.

Art. 25.º As escolas infantis serão dirigidas por uma ou mais professoras, segundo as necessidades do ensino.

Art. 26.º As escolas de ensino primário elementar e complementar destinam-se a educar as crianças cuja idade se ache compreendida entre os sete e os catorze anos, ministrando-lhes o ensino geral que sirva para revelar as aptidões naturais e preparar para qualquer profissão.

Art. 27.º Em cada uma das freguesias do continente da República e das ilhas adjacentes haverá, pelo menos, uma escola primária desta categoria para cada sexo.

§ único. Quando, porém, em virtude da exígua densidade da população escolar, não puder fundar-se uma escola para cada sexo, criar-se há uma escola mixta.

Art. 28.º Quando, pela sua diminuta extensão, uma freguesia não puder, por si só, ter uma escola para cada sexo, ou ainda uma escola mixta, pode ser anexada por decisão ministerial a outra freguesia, para os efeitos escolares.

§ único. Se um dado lugar estiver muito afastado do centro da freguesia a que pertence, e se não tiver população suficiente para o estabelecimento de uma escola, pode ser anexada, para os efeitos escolares, a outra freguesia, quando a escola desta estiver a distância de poder ser frequentada pelas crianças do referido lugar.

Art. 29.º Não podendo, por quaisquer motivos, estabelecer-se, em determinadas freguesias, escolas primárias fixas, nos termos do artigo antecedente, criar-se hão cursos temporários ou escolas móveis, que funcionarão, pelo menos, dez meses consecutivos.

Art. 30.º As escolas primárias para o sexo masculino são regidas por professores; as mesmas escolas para o sexo feminino e as mixtas são regidas por professoras.

§ único. Na falta de professores poderão concorrer às escolas de instrução primária, para o sexo masculino, e nelas ser providas, professoras, devendo estas ser preferidas, no provimento de segundo lugares, ficando-lhes confiado, especialmente, o ensino de 1.ª classe.

Art. 31.º Para os efeitos do § único do artigo 30.º entende-se por segundos lugares todos os que forem além do primeiro, quando este seja exercido por um professor, mas com as restrições contidas nos parágrafos seguintes.

§ 1.º Nas escolas de três lugares deverá haver dois professores e uma professora; nas de quatro lugares, dois professores e duas professoras; nas de cinco lugares, três professores e duas professoras; nas de seis lugares, três professores e três professoras; nas de mais de seis lugares, pelo menos quatro professores e nunca mais de cinco.

§ 2.º Quando em dois concursos sucessivos não apparecerem concorrentes do sexo masculino, poderão nomear-se para cada escola mais professoras do que as designadas no parágrafo anterior.

Art. 32.º Em todas as escolas de ensino primário elementar e complementar haverá tantos professores ou professoras quantos os grupos de quarenta alunos que, em média, as frequentem, sendo um desses professores o regente da escola.

§ único. O cargo de regente das escolas, sendo de comissão e de ordem meramente pedagógica, pertence ao Governo, sob proposta da inspecção escolar.

Art. 33.º As câmaras municipais criarão, nos termos do presente decreto, cursos nocturnos, missões escolares, cursos dominicais e outros análogos, para extinção do analfabetismo, em ambos os sexos, naquelas localidades onde as circunstâncias o exigirem.

Art. 34.º As escolas de ensino primário superior destinam-se, não sómente a aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos nas escolas elementares e complementares, mas também, e principalmente, a estimular, desenvolver e educar, por uma aprendizagem conveniente, nos alunos que as frequentem, as aptidões naturais que possuam e que desejem valorizar para a vida.

§ único. O regime destas escolas é o da co-educação dos sexos.

Art. 35.º O certificado do curso de ensino primário superior habilita para a matrícula nas escolas normais primárias, para os cursos regulares das escolas industriais, agrícolas, comerciais, profissionais e técnicas, para a matrícula na classe correspondente do curso dos liceus, e dispensa e apresentação de provas públicas para o exercício de todos os cargos oficiais de categoria inferior a 400\$, exceptuando aqueles que forem de competência técnica.

§ 1.º A matrícula dos alunos com o curso das escolas primárias superiores, nos liceus, fica dependente de um exame de admissão, cujo programa será oportunamente decretado pelo Governo.

§ 2.º A matrícula dos alunos com o curso das escolas primárias superiores, nas escolas normais primárias, fica dependente do exame de admissão já regulamentado, nos termos do artigo 131.º

Art. 36.º As actuais escolas normais e as de habilitação para o magistério primário são transformadas em escolas de ensino primário superior. O pessoal destas escolas e respectivo vencimento é o constante da tabela anexa.

Art. 37.º As câmaras municipais promoverão, nos termos deste decreto, a criação de escolas de ensino primário superior, em todos os bairros das cidades de Lisboa e Porto, nas capitais de distrito, em todas as povoações de população aglomerada superior a 10:000 habitantes, e em todos os centros fabris ou comerciais de reconhecida importância.

Art. 38.º Todas as escolas de instrução primária, seja qual for o grau de ensino que nelas se professe, devem, em regra, ser instaladas em edifícios próprios; sendo também necessário que todas possuam o mobiliário e material didático indispensável para bem corresponderem ao seu objectivo.

§ único. As camaras municipais devem proceder, desde já, ao estudo sobre a referida instalação, providenciando também acêrca da revisão das escolas existentes, para apurarem as que devem conservar-se, converter-se ou mudar de sede.

CAPÍTULO V

Da obrigatoriedade e gratuidade do ensino

Art. 39.º O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos, cuja idade esteja compreendida entre os sete e os catorze anos; mas são dispensadas da frequência das escolas públicas as crianças que recebam ensino particular ou doméstico, e aquelas que residam a mais de 2 quilómetros de distância de qualquer escola oficial ou particular gratuita.

§ único. A obrigatoriedade do ensino, nas escolas públicas ou particulares, termina com o exame do gráu elemental; e para os que não conseguirem fazê-lo, cossa com o fim da idade escolar, excepto nos casos de incapacidade provada, em que a criança é dispensada da frequência e do exame.

Art. 40.º É facultativo e gratuito o ensino infantil, o complementar e o superior.

Art. 41.º A obrigação do ensino consiste em apresentar as crianças à matrícula das escolas e em velar por que elas as frequentem regularmente.

§ 1.º São responsáveis por esta obrigação todas as pessoas, a cargo de quem esteja a educação das crianças, e também aquelas que, de qualquer modo, as tenham ao seu serviço.

§ 2.º São dispensadas de obrigatoriedade escolar as crianças que a inspecção reconheça impossibilitadas por doença ou qualquer defeito orgânico ou mental.

Art. 42.º Incumbe às juntas de paróquia, auxiliadas pelos professores primários das respectivas freguesias, fazer anualmente, no mês de Agosto de cada ano, o recenseamento de todas as crianças em idade escolar, das respectivas freguesias ou que nelas habitualmente residam.

§ 1.º Depois de concluído o recenseamento, tirar-se hão cópias autênticas, para serem remetidas no prazo de quinze dias, à câmara municipal do concelho e aos professores primários da freguesia respectiva.

§ 2.º O recenseamento, depois de concluído, será afixado à porta da escola, para ser examinado pelos interessados.

§ 3.º Da falta de inscrição ou da inscrição indevidamente feita no recenseamento cabe recurso no prazo de dez dias para a câmara municipal.

Art. 43.º As juntas de paróquia que se recusarem a organizar o recenseamento escolar, incorrerão na multa de 5\$ até 30\$, pela qual serão solidariamente responsáveis todos os seus membros, e, no caso de reincidência, serão dissolvidas, ficando os seus membros suspensos dos direitos políticos por cinco anos. Nesta hipótese nomeará o Governo uma comissão que as substitua.

§ único. Tanto a multa como a pena de suspensão dos direitos políticos serão impostas em processo de polícia correccional.

Art. 44.º A matrícula será feita pelo professor nos primeiros dez dias do mês de Outubro de cada ano.

§ único. Será, porém, permitida a matrícula, além do prazo designado neste artigo, a qualquer criança que, durante o ano lectivo, atinja a idade em que começa a obrigação do ensino, apresentando a respectiva certidão.

Art. 45.º O Governo decretará oportunamente as penalidades em que incorrem os responsáveis pela obrigação do ensino, quando não apresentem as crianças à matrícula das escolas, ou quando, havendo-as apresentado, não promovam a escolaridade delas.

Art. 46.º A frequência dos alunos consta dos registos da escola, sendo os professores obrigados a remeter directamente à câmara municipal respectiva, até o dia 10 de cada mês, a relação das próprias faltas e das dos alunos, relativamente ao mês anterior.

Art. 47.º Os alunos do ensino doméstico, depois de completarem dez anos de idade e se antes se não apresentarem voluntariamente a êle, ficarão sujeitos ao exame das disciplinas do ensino elemental, nas condições que forem determinadas em regulamento.

§ único. Provando-se que não estão habilitados nessas disciplinas, serão obrigados a repetir o exame ou a matricular-se na escola pública, até que sejam aprovados naquele exame, ou até ao termo da obrigatoriedade escolar, a não ser que se prove a sua absoluta incapacidade mental.

Art. 48.º Para tratamento e educação das crianças cegas, surdas-mudas, atrasadas mentais ou escolares (*arriéreas*) serão criadas escolas especiais.

Art. 49.º O Governo, sob proposta dos inspectores das circunscrições, determinará anualmente, na primeira quinzena de Outubro, quais as localidades onde, por falta de escolas ou insuficiência de instalação escolar, não pode aplicar-se o preceito da obrigatoriedade.

CAPÍTULO VI

Da liberdade de ensino

Art. 50.º O ensino primário particular é livre, mas só pode ser exercido profissionalmente por indivíduos que tenham a competência estabelecida na lei, para o exercício do magistério primário official, ou que se encontrem nas seguintes condições:

1.º Estarem inscritos, à data da publicação deste decreto, como professores de ensino primário particular, em qualquer das secretarias das inspecções escolares;

2.º Terem obtido aprovação em exame especial feito nas escolas normais;

3.º Terem um curso secundário, superior ou especial.

Art. 51.º É livre a instituição de qualquer escola ou curso particular de ensino primário, ficando, contudo, essa escola ou curso sujeita à fiscalização official, para garantia da competência legal dos professores e das prescrições da hygiene escolar.

§ único. A abertura de uma escola particular tem de participar-se, no prazo de quinze dias, ao inspector do círculo respectivo, devendo este, por sua vez, dar immediato conhecimento do facto ao inspector da circunscrição.

Art. 52.º As câmaras municipais e bem assim o Governo podem subsidiar as escolas de iniciativa particular, quando reconhecidamente úteis, desde que funcionem em localidades onde não haja escolas officiais do mesmo grau ou, havendo-as, não sejam suficientes para as necessidades do ensino; e em especial se se destinam ao ensino infantil e ao ensino elemental.

Art. 53.º Será prohibido o exercício do magistério primário particular aos cidadãos que ensinem doutrinas contrárias às leis do Estado, à liberdade dos cidadão e à moral social.

§ 1.º O encerramento de qualquer escola ou curso de ensino particular depende de informação fundamentada do inspector do círculo e de ser ouvido o interessado, que poderá apresentar em sua defesa prova documental e testemunhal. Neste caso, é também indispensável o parecer do inspector da circunscrição e o voto afirmativo do Conselho de Instrução Pública.

§ 2.º Ao interessado, a contar do dia em que receber a intimação para apresentar na Repartição da Instrução Primária e Normal a defesa da accusação que lhe fôr feita, é dado o prazo de quinze dias.

PARTE II

Da administração e assistência escolar

CAPÍTULO I

Da dotação do ensino

Art. 54.º As despesas com o serviço da instrução primária são pagas pelo Estado e pelas câmaras municipais.

§ 1.º O Estado paga as despesas relativos à direcção, fiscalização e administração do ensino normal e à direcção e fiscalização do ensino primário.

§ 2.º As câmaras municipais pagam as despesas de administração do ensino primário de todas as categorias, e que digam respeito aos seguintes encargos:

a) Rendas das casas das escolas e de habitação dos professores;

b) Subsídios para rendas de casa aos professores que a não tenham, nos termos da alínea anterior;

c) Aquisição de material e mobiliário de ensino necessário para o funcionamento das escolas;

d) Reparação e conservação dos edificios escolares;

e) Prémio de seguro dos mesmos edificios;

f) Expediente e limpeza das escolas;

g) Despesas com os exames de instrução primária;

h) Ordenados aos professores.

Art. 55.º Para os efeitos do pagamento das despesas com os serviços da administração do ensino primário é criado, junto de cada um dos municípios da República, um fundo escolar, que será constituído pelas seguintes receitas, em relação a cada concelho:

1.º Verbas provenientes das receitas ordinárias das câmaras municipais;

2.º Produto da contribuição municipal para instrução primária, lançada sobre as contribuições gerais directas do Estado, cuja taxa será fixada para cada concelho, de harmonia com a reforma destes serviços, em diploma anual. A taxa desta contribuição, que substitui a dos adicionais, a que se referem o artigo 10.º e seu § 1.º da lei de 9 de Setembro de 1908, será variável entre 15 e 30 por cento, conforme o montante das despesas com o pessoal da instrução primária, no respectivo concelho;

3.º Rendimento de heranças, doações ou legados com aplicação aos serviços da instrução primária;

4.º Produto de quaisquer outros donativos destinados à mesma instrução;

5.º Produto dos descontos feitos nos vencimentos dos professores, por faltas ao serviço, quando estas importem a sua substituição;

6.º Produto de contribuições extraordinárias legalmente autorizadas;

7.º Importância dos juros das quantias depositadas de conta do fundo escolar, na Caixa Geral de Depósitos ou suas delegações, ou em qualquer estabelecimento de crédito, onde vençam juros;

8.º A cota parte com que o Estado deverá contribuir para as despesas com a instrução primária, nos concelhos que apresentarem *deficit*, nos termos do artigo seguinte.

Art. 56.º O Governo, sob proposta da Repartição de Instrução Primária e Normal, ouvida a secção de instrução primária do Conselho da Instrução Pública, concederá aos concelhos, nas condições do n.º 9.º do artigo anterior, quando se mostre disso carecerem, um subsídio para ocorrer ao *deficit* a que o mesmo número se refere.

Art. 57.º É fixado em 100.000\$ o limite máximo dos subsídios a conceder pelo Estado, nos termos do artigo anterior, e para execução dele.

Art. 58.º A construção dos edificios escolares e respectivas adaptações deve ser precedida da aprovação das plantas pelo inspector do circulo.

§ único. Os edificios escolares, embora construídos pelo Estado ou provenientes de adaptações feitas pelo mesmo Estado, pertencem ao município respectivo.

Art. 59.º É extinto, a partir de 31 de Dezembro de 1911, o fundo da instrução primária, criado pela lei de 18 de Março de 1897.

CAPÍTULO II

Da administração escolar

Art. 60.º A administração do ensino infantil e primário e a protecção dos alunos ficam a cargo das câmaras municipais e dos conselhos de assistência escolar.

Art. 61.º Em cada uma das paróquias do concelho ha-

verá dois delegados da respectiva câmara municipal, e por ela nomeados, um dos quais será sempre membro da Junta de Paróquia.

Art. 62.º Incumbe às câmaras municipais:

1.º Organizar o cadastro das escolas públicas e particulares, assim como o dos professores primários do concelho;

2.º Elaborar o orçamento da instrução primária do concelho;

3.º Organizar os processos para a criação, transferência, conversão ou supressão de escolas;

4.º Organizar o registo das escolas e professores de ensino particular do concelho;

5.º Nomear, transferir e demitir, nos termos deste decreto e do respectivo regulamento, todo o pessoal docente e propor ao Governo, por intermédio do inspector do circulo, a aposentação do mesmo pessoal;

6.º Pagar aos professores os seus vencimentos, nos termos deste decreto e do respectivo regulamento;

7.º Nomear os seus delegados nas paróquias;

8.º Conceder licenças aos professores, até quinze dias em cada ano com vencimento, e providenciar sobre as respectivas substituições;

9.º Vigiar a aplicação do disposto no decreto de 17 de Janeiro de 1911, relativamente ao repouso concedido por esse decreto às professoras em estado de gravidez;

10.º Organizar as folhas das rendas dos edificios escolares e quaisquer outras para pagamento das despesas com o ensino primário do concelho.

11.º Celebrar todos os contratos que forem necessários à regular administração do ensino;

12.º Promover a instalação e organização das escolas do concelho, nos termos deste decreto e de acôrdo com a inspecção do respectivo circulo;

13.º Promover a obrigatoriedade do ensino, a escolaridade e a assistência escolar do concelho;

14.º Aprovar, de acôrdo com o inspector do respectivo circulo, os horários das escolas, em harmonia com as necessidades locais;

15.º Promover o desenvolvimento do ensino primário, na área do concelho, cumprindo e fazendo cumprir todas as disposições das respectivas leis e regulamentos;

16.º Obviar ao encerramento de qualquer escola;

17.º Dar posse aos professores, a qual deverá effectuar-se no prazo de quinze dias após a nomeação.

Art. 63.º Os professores serão pagos adiantadamente, recebendo, no começo de cada mês, os vencimentos a elle referentes.

§ único. Aos professores assiste o direito de, quando por qualquer circunstância não recebam os vencimentos até o dia 10 do mês respectivo, participarem o facto ao inspector do circulo, que imediatamente o comunicará ao Governo.

Art. 64.º As câmaras municipais que faltarem ao cumprimento das obrigações que pelos artigos 62.º e 63.º lhes são impostas, incorrerão na multa de 15\$ a 60\$, pela qual serão solidariamente responsáveis todos os seus membros.

§ 1.º No caso de reincidência, serão dissolvidas e os seus membros suspensos dos direitos políticos por cinco anos.

§ 2.º As penas de suspensão e de multa serão impostas em processo de policia correcional.

Art. 65.º Quando as câmaras não cumprirem as obrigações impostas por este decreto, fica o Governo autorizado, sem prejuizo do que dispõe o artigo antecedente e seus parágrafos, a fazer depositar na Caixa Geral de Depósitos, à ordem do Ministério de Instrução Pública, todas as receitas a que se refere o artigo 55.º, já arrecadadas e por arrecadar, a fim de por elas serem pagas as despesas, tanto de pessoal como de material, contra requisições feitas pela autoridade administrativa.

Art. 66.º São atribuições dos delegados das câmaras municipais, em cada paróquia :

- 1.º Registrar as faltas dos professores ;
- 2.º Dirigir, de acôrdo com os delegados do conselho de assistência escolar, os serviços de assistência infantil e caixas económicas escolares da freguesia ;
- 3.º Participar à câmara municipal e ao inspector do círculo escolar as faltas dos professores primários, por doença, ausência ou licença, bem como as transferências, vacaturas, permutas ou quaisquer outras causas de interrupção ou suspensão do ensino ;
- 4.º Prestar todas as informações que lhe forem pedidas pela câmara municipal, conselho de assistência escolar ou inspecção escolar, sôbre o assunto indicado em o número anterior ;

5.º Informar sôbre tudo quanto respeite à criação, conversão, transforência ou supressão das escolas officais ; abertura e encerramento das escolas particulares e modificação nos horários, de harmonia com as circunstâncias locais ;

6.º Cumprir e fazer cumprir, na área da sua freguesia, as leis e regulamentos da instrução primária.

Art. 67.º Os delegados paroquiais não poderão intervir no serviço dos professores, cuja apreciação, bem como tudo quanto respeita a disciplina, modos, métodos, e processos de ensino, livros, etc., é da exclusiva competência da inspecção escolar.

§ 1.º As funções de delegados paroquiais restringem-se exclusivamente às designadas no artigo 66.º

§ 2.º Enquanto não for regulamentado o referido artigo, não poderão as câmaras municipais nomear os delegados a que o mesmo se refere.

Art. 68.º Os serviços de expediente, criados por êste decreto, correm pelas secretarias das câmaras municipais.

§ único. O pessoal das secretarias das mesmas câmaras deve ser gratificado pelo aumento de serviço que lhe resulta da presente organização escolar ; ficando o quantitativo da gratificação dependente da resolução das mesmas câmaras.

Art. 69.º Em Março e Setembro de cada ano, as câmaras municipais enviarão ao Ministro de Instrução Pública um relatório circunstanciado da sua gerência, relativamente ao ensino, no semestre decorrido, fazendo-o acompanhar de notas e esclarecimentos sôbre a criação e distribuição das escolas, movimento dos professores, assistência infantil e despesas realizadas com a instrução primária do concelho.

Art. 70.º Ao Ministro de Instrução Pública, como chefe superior da administração do ensino, devem as câmaras municipais, além do relatório a que se refere o artigo anterior, enviar, sempre que lhes sejam pedidas, todas as informações sôbre os respectivos serviços.

CAPÍTULO III

Da assistência escolar

Art. 71.º Para os efeitos da assistência à população escolar, há, na sede de cada concelho da República, um Conselho de Assistência Escolar, composto de cinco membros, quatro dos quais são nomeados por três anos, pelas câmaras municipais respectivas, e o quinto pelo inspector do círculo escolar.

§ 1.º Não podem fazer parte de cada conselho mais de dois vereadores.

§ 2.º Os professores, em regra, não farão parte do Conselho de Assistência Escolar, mas professores e Conselho estarão sempre em relação directa, auxiliando-se mutuamente.

§ 3.º Nas cidades de Lisboa e Pôrto, haverá um Conselho de Assistência Escolar em cada bairro.

§ 4.º O Conselho de Assistência Escolar nomeia delegados, que nunca podem ser menos de dois, em cada uma das freguesias do concelho.

§ 5.º Os conselhos de assistência escolar podem agregar a si todas as pessoas dos dois sexos que, por suas qualidades de inteligência e de carácter, por sua autoridade e respeitabilidade, estejam em condições de exercer esta benemérita função.

Art. 72.º Os conselhos de assistência escolar procederão sempre de acôrdo com as câmaras municipais, tanto em relação à aquisição e distribuição das receitas, como pelo que respeita à organização dos serviços de assistência escolar :

Art. 73.º A assistência escolar effectua-se :

1.º Pela distribuição de vestuário, calçado, livros e material escolar, aos alunos pobres das escolas públicas ;

2.º Pela organização de cantinas escolares, destinadas a fornecer alimento às crianças, e jardins de recreio ;

3.º Pela instalação de balneários nas escolas ;

4.º Pela consulta e socorros médicos às crianças pobres ;

5.º Pelo fornecimento de medicamentos, nas mesmas condições ;

6.º Pela organização de colónias de férias, campestres e marítimas ;

7.º Pela fundação de escolas ao ar livre, durante a época própria, para as crianças débeis ou doentes ;

8.º Pelo emprêgo de todos os meios que sejam conducentes ao levantamento físico, intelectual e moral das crianças.

Art. 74.º As receitas dos conselhos da assistência escolar, podem ser provenientes :

1.º Das quantias que as câmaras municipais e as juntas de paróquia votarem anualmente para êste fim ;

2.º Do produto de cotas, donativos ou legados, instituídos a favor destes conselhos ;

3.º Do produto de festivais, bazares e subscrições que os conselhos entendam promover.

Art. 75.º Todos os legados e donativos escolares serão isentos de contribuição de registo e de qualquer outro imposto.

§ único. Os legados e donativos escolares que se encontram arrecadados pelo Governo na Caixa Geral de Depósitos, e de direito pertencentes às corporações administrativas, ser-lhes hão entregues dentro do prazo de noventa dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 76.º O Governo, por intermédio das autoridades administrativas e escolares, facultará aos conselhos de assistência escolar toda a cooperação de que careçam, para o bom desempenho do seu cargo.

Art. 77.º Os referidos conselhos formularão regulamentos privativos sôbre o modo do funcionamento da organização que houverem estabelecido.

Art. 78.º O Governo fará cunhar medalhas para galardoar com elas os cidadãos que se hajam distinguido, por serviços relevantes, nos conselhos de assistência escolar.

CAPÍTULO IV

Dos resultados do ensino

Art. 79.º As escolas de todos os graus de ensino são organizadas pelo sistema de classe, em harmonia com a idade e desenvolvimento dos alunos, e serão definidas em regulamento.

§ único. A passagem dos alunos, de uma para outra classe, tem como critério a habilitação destes nas matérias dos respectivos programas, e o grau de desenvolvimento físico e mental, que devem possuir, de harmonia com a sua idade.

Art. 80.º Ha três espécies de exame em todo o ensino primário: exame de instrução primária elementar, exame de instrução primária complementar, e exame de instrução primária superior.

§ 1.º As certidões destes exames serão passadas pelos secretários das câmaras municipais. As do exame elementar serão passadas em papel comum e gratuitamente.

§ 2.º No regulamento geral do ensino primário serão determinadas as condições em que devem realizar-se estes exames, que se efectuarão nas sedes dos concelhos.

PARTE III

CAPÍTULO I

Do magistério primário

Art. 81.º Para o exercício oficial do magistério primário de qualquer das categorias em que se divide este ensino é necessário possuir título de habilitação legal conferido pelas escolas normais.

§ 1.º Enquanto não existir pessoal habilitado, nos termos deste decreto, para as escolas infantis, e salvo o disposto no § único do artigo 23.º, poderão ser providas, nas escolas que se criarem, as actuais professoras primárias com bom e efectivo serviço.

§ 2.º Os professores das escolas de ensino primário superior serão nomeados pelo Governo de entre os indivíduos habilitados com o curso da Escola Normal superior, ou de entre os professores de instrução primária, mediante concurso por provas públicas.

§ 3.º Os professores dos cursos práticos, e bem assim os mestres das oficinas das escolas de ensino primário superior serão contratados pelas câmaras municipais, sob parecer do Conselho da Instrução Pública, de entre os indivíduos nacionais e estrangeiros que tenham habilitações especiais para esse fim.

Art. 82.º A nomeação dos professores primários de ensino infantil e do ensino elementar e complementar é feita pelas câmaras municipais, precedendo concurso documental, e sob proposta graduada do inspector do círculo.

Art. 83.º Nas nomeações dos professores não poderão as câmaras municipais afastar-se das regras estabelecidas nesta lei.

Art. 84.º As nomeações serão feitas sempre em escrutínio público, nos termos do artigo 26.º do Código Administrativo, quando haja mais de um concorrente nas mesmas circunstâncias, o nunca por escrutínio secreto.

§ único. As nomeações de professores feitas em contravenção deste artigo são nulas e nenhum efeito legal poderão produzir.

Art. 85.º As câmaras municipais são obrigadas a abrir concurso para as escolas vagas, no prazo máximo de vinte dias, contados da data da vacatura.

Art. 86.º Os concursos serão abertos todos os anos, até 15 de Setembro, para as escolas vagas, e ficando desertos, será preenchido o lugar por um professor interino se na inspecção respectiva constar que há concorrente a essa interinidade.

§ único. Esta interinidade deverá prolongar-se por todo o ano lectivo, voltando a escola a concurso em Setembro seguinte. Faltando, porém, concorrente idóneo a esta interinidade, o lugar voltará a concurso dentro do prazo de quinze dias. E se ainda então o concurso ficar deserto, será provido o lugar vago no prazo de trinta dias nos termos do artigo 96.º

Art. 87.º As condições especiais dos concursos para todas as escolas, assim como as preferências dos candidatos ao provimento das cadeiras vagas, serão determinadas no regulamento respectivo.

Art. 88.º Se as câmaras municipais, depois das soli-

citações que para tal fim lhes forem feitas pelo inspector do círculo, no prazo suplementar de dez dias, não abrirem o concurso, será este aberto pelo inspector do respectivo círculo, sendo, neste caso, feita a nomeação pelo Governo.

§ 1.º Ainda na mesma hipótese, se as câmaras municipais se recusarem a dar posse aos professores assim nomeados, ser-lhes há dada pelo inspector do círculo.

§ 2.º Ainda na mesma hipótese, se as câmaras municipais não quiserem abonar os respectivos vencimentos, aboná-los há o inspector do círculo, e serão pagos pelo tesoureiro de finanças do concelho, descontando este, depois, a sua importância das receitas municipais que cobrar juntamente com as do Estado ou descontando-as este de qualquer importância que tenha a câmara municipal na Caixa Geral de Depósitos ou do subsídio a haver por deficiência de receitas para a instrução primária do concelho.

§ 3.º Nenhum professor, seja qual for o pretexto, perderá o direito ao subsídio de renda de casa, quando lhe não seja fornecida residência, nos termos do artigo 107.º

Quando, por qualquer grau de parentesco, os professores dum e doutro sexo vivam em comum e em casa oficialmente aprovada para esse fim, um deles receberá o respectivo subsídio de residência.

Art. 89.º As câmaras municipais publicarão no *Diário do Governo*, sob pena de nulidade, as nomeações que fizerem, por concurso, de professores para as escolas do respectivo concelho, com a indicação dos fundamentos da nomeação e da preferência do nomeado.

Art. 90.º As permutas entre professores pertencentes a um mesmo concelho serão feitas pela câmara municipal respectiva; mas, quando os professores pertencerem a concelhos diferentes, serão feitas pelo Governo, ouvidas as câmaras municipais interessadas.

§ 1.º Para que a permuta possa efectuar-se, é indispensável que os professores permutantes tenham, pelo menos, dois anos de serviço bom e efectivo, nas respectivas escolas.

§ 2.º As permutas poderão fazer-se, ainda que os professores permutantes não pertençam à mesma classe, nos termos do artigo 105.º

§ 3.º As permutas autorizadas pelo Governo é applicável o disposto nos §§ 1.º e 2.º deste artigo.

§ 4.º As permutas são consideradas como simples nomeações, para o efeito do disposto nos artigos 83.º e 84.º desta lei.

§ 5.º As permutas poderão ser autorizadas, em qualquer época, mas não podem produzir efeito senão a começar no princípio do ano lectivo seguinte.

Art. 91.º As professoras das escolas infantis constituem uma categoria à parte, e são equiparadas, para o efeito dos vencimentos, aos professores do ensino primário elementar e complementar.

Art. 92.º Nenhuma nomeação de professor se fará, pela primeira vez, que entre para o ensino primário público, senão para localidades de 4.ª ordem.

Art. 93.º Terminado o curso, todos os professores diplomados enviarão ao Ministério no prazo de trinta dias a declaração de que desejam servir no ensino oficial. Sem esta prévia declaração ninguém poderá concorrer a ser provido em qualquer escola.

§ único. O Governo fará publicar todos os anos, até 10 de Setembro, a lista dos diplomados declarantes, com a classificação, idade e residência de cada um.

Art. 94.º Se três anos depois de terminado o curso os indivíduos diplomados não houverem concorrido a escolas vagas, sobre eles terão preferência os que houverem concorrido.

§ único. O Governo fará publicar todos os anos, até 10 de Setembro, uma lista de todos os concursos que durante o último ano lectivo se tiverem realizado, decla-

rando se ficaram ou não desertos e o nome de todos os concorrentes, idade e classificação.

Art. 95.º Todos os indivíduos diplomados pelas escolas normais, que não estejam providos ou sejam interinos, enviarão ao Ministério, no prazo de seis meses, a contar de 11 de Setembro de 1915, a declaração a que se refere o artigo 93.º O Governo publicará, nos trinta dias seguintes, a lista dos diplomados declarantes, com a classificação, idade e residência de cada um.

Art. 96.º Nas escolas de povoações de 4.ª ordem, cujos concursos hajam ficado desertos três vezes consecutivamente, o Governo indicará às respectivas câmaras os declarantes que devem ser providos, pela ordem da mesma classificação e em caso de classificação igual, os de mais idade, preferindo sempre os que residam mais próximo da sede da escola vaga. As câmaras provê-los hão como se tivessem sido escolhidos em concurso, nos termos da legislação vigente.

Art. 97.º Se qualquer localidade, por efeito de aumento ou diminuição de população, legalmente verificado, tiver de ser considerada em ordem diferente daquela que anteriormente lhe competia, nos termos do artigo 20.º, esta circunstância nenhum efeito prejudicial produzirá para os professores que já estiverem em exercício, nas escolas ali existentes.

Art. 98.º Nenhum professor poderá concorrer a escolas de terras de ordem superior àquela em que estiver servindo, sem haver exercido o magistério em terras de ordem inferior, durante os seguintes prazos:

- a) Dois anos, em terras de 4.ª ordem;
- b) Dois anos, em terras de 3.ª ordem;
- c) Dois anos, em terras de 2.ª ordem.

§ 1.º Os professores poderão concorrer, contudo, a escolas de localidades de qualquer das ordens superiores àquela em que estiverem exercendo o magistério, desde que contem o tempo de serviço necessário para nelas poderem ser colocados, seja qual for a ordem da terra em que se encontrarem.

§ 2.º Os professores poderão concorrer também a escolas de localidades de ordem inferior àquela onde estiverem servindo, desde que contem ali, pelo menos, um ano de serviço, e sem prejuízo das garantias de que estiverem gozando.

§ 3.º Os professores poderão conquistar o direito de colocação em terras de ordem superior àquelas em que estiverem funcionando, quando houverem demonstrado, por serviços distintos, mérito profissional extraordinário, devidamente comprovado pelo inspector do círculo, desde que contem dois anos de serviço efectivo, pelo menos.

§ 4.º Os professores interinos diplomados que, à data da publicação desta lei, tenham, pelo menos, dois anos de bom e efectivo serviço, poderão concorrer a terras da mesma ou superior categoria àquela em que tenham servido, podendo os que à mesma data tiverem um ano de efectivo e bom serviço concorrer a terras da categoria igual àquela em que tenham servido.

§ 5.º Quando dois cônjuges concorram a escolas da mesma povoação ou povoações que não distem entre si mais de 5 quilómetros e desde que um dêles deva ser provido, o outro terá preferência sobre todos os demais concorrentes em igualdade de circunstâncias, e será igualmente provido.

§ 6.º Da mesma forma se procederá quando um dos cônjuges concorra a escola na povoação em que o outro já esteja provido, ou em povoação que desta não diste mais de 5 quilómetros.

Art. 99.º Os professores que se encontrarem nas condições prescritas no § 3.º do artigo anterior, assim o declararão nos seus requerimentos, quando concorrerem a qualquer escola vaga, a que, segundo as disposições do artigo 0.º, não poderiam concorrer, em circunstâncias or-

dinárias, de modo a poder averiguar-se precisamente se êles satisfazem plenamente a essas condições.

§ 1.º Na hipótese deste artigo as propostas graduadas poderão ser demoradas, além do prazo regulamentar, o tempo necessário para se obterem os esclarecimentos indispensáveis para a sua conveniente organização, sendo, contudo, obrigado o inspector do respectivo círculo a comunicar às câmaras municipais, ao terminar o prazo regulamentar da remessa, os motivos da demora.

§ 2.º Igual procedimento adoptará o mesmo inspector, em todos os demais casos, sempre que as propostas graduadas dos concorrentes às escolas, e sem necessidade de autorização superior, tiverem de ser demoradas, por causa de esclarecimentos ou informações a obter, e, não puderem, por isso, ser enviadas às câmaras municipais, nos prazos regulamentares.

Art. 100.º Os candidatos a escolas postas a concurso, em cujos requerimentos ou documentos haja qualquer deficiência de formalidades ou a quem falte algum documento, serão avisados oficialmente pela Inspeção do Círculo por onde o concurso corre, para suprirem essa deficiência ou falta, dentro do prazo máximo de dez dias, a contar desde a data da recepção do aviso.

§ 1.º Os candidatos designarão sempre nos requerimentos a sua residência habitual.

§ 2.º Nos casos previstos neste artigo, o inspector do círculo procederá conforme o disposto no § 2.º do artigo antecedente.

Art. 101.º O concorrente que, tendo sido nomeado sucessivamente em dois concursos, não tomar posse da escola para que tiver sido nomeado, não poderá concorrer de novo senão passados três anos.

Art. 102.º A primeira nomeação para o magistério primário, de todas as categorias, é temporária, podendo tornar-se definitiva depois de dois anos de bom e efectivo serviço.

§ único. Verificando-se, ao fim de dois anos, que o serviço prestado não é suficiente, depois de ouvidos os professores e do voto afirmativo do Conselho de Instrução Pública, considera-se vago o respectivo lugar.

Art. 103.º As propostas graduadas, para o provimento das escolas, serão organizadas pelas secretarias das inspeções de círculo, nos termos do n.º 7.º do artigo 153.º e nas condições seguintes, quanto a preferências:

- 1.º Pela qualidade do serviço no magistério oficial;
- 2.º Pela qualificação dos diplomas de habilitação;
- 3.º Pela antiguidade no magistério oficial.

§ 1.º Em igualdade de circunstâncias, na hipótese do n.º 1.º, terá preferência o concorrente mais classificado, no diploma de habilitação, e, sendo esta também igual, preferir-se há o mais antigo, no ensino oficial.

§ 2.º Quando se der perfeita igualdade de circunstâncias, tanto na qualidade e tempo de serviço como na classificação dos diplomas, terá preferência o concorrente que, além de habilitação legal, provar superioridade de habilitações literárias ou científicas.

Art. 104.º Os professores de instrução primária, quer para o ensino infantil quer para o ensino elementar e complementar, constituem três classes e terão direito aos vencimentos fixados na tabela anexa a este decreto, a partir de 1 de Abril próximo futuro.

Art. 105.º Os vencimentos dos professores, segundo as classes estabelecidas no artigo 104.º são as seguintes:

- 1.ª classe — 360\$, sendo 300\$ da categoria e 60\$ de exercício;
- 2.ª classe — 300\$, sendo 252\$ de categoria e 48\$ de exercício;
- 3.ª classe — 240\$, sendo 204\$ de categoria e 36\$ de exercício.

§ 1.º Os professores, bem como todos os funcionários

dos serviços da instrução, a que se refere este artigo, que actualmente tenham vencimentos superiores aos que nele são fixados, conservam esses vencimentos.

§ 2.º Os vencimentos dos professores são isentos dos direitos de encarte.

§ 3.º Os vencimentos, a que se refere este artigo, entrarão em vigor em 1 de Janeiro de 1917, se a esse tempo se verificar que o Estado pode cobrir o *deficit* dos municípios, onde o houver, nos termos do artigo 56.º, resultante desse aumento de despesa, osgotado que seja o recurso da receita a que se refere o artigo 55.º, n.º 2.º

§ 4.º O disposto no parágrafo antecedente não obsta a que entrem já em vigor de antes de 1 de Janeiro de 1917 os vencimentos designados neste artigo, nos municípios que possam suportar este aumento de despesa sem subsídio do Estado.

Art. 106.º O vencimento dos professores interinos será o dos professores efectivos de 3.ª classe.

Art. 107.º O provimento definitivo e as promoções de classe serão feitas pelo Governo, segundo a ordem da antiguidade dos professores e mediante a informação favorável do inspector do círculo.

§ 1.º Pela Repartição do Ensino Primário e Normal será anualmente publicada a lista dos professores com direito à promoção de classe, excluindo os que tenham sido disciplinarmente castigados, nos termos dos regulamentos disciplinares.

§ 2.º Para a promoção ou aposentação será contado aos professores o tempo de serviço prestado como ajudantes ou interinos.

Art. 108.º Em Lisboa e Porto tem os professores anualmente o subsídio de residência de 75\$, e o de renda de casa de 100\$ quando não residam no edificio da escola. Nas outras capitais de distrito e nas capitais dos concelhos de 1.ª classe terão anualmente o subsídio de residência de 30\$ e o de 50\$ para renda de casa, quando a não tenham. Nas capitais dos outros concelhos, e nas mesmas circunstâncias, ser-lhes há dado o subsídio de renda de casa de 30\$ anuais. Em todas as outras localidades do território da República terão, quando igualmente não houver habitação, o subsídio de renda de casa na importância de 25\$.

§ 1.º Estes subsídios serão abonados duodecimalmente.

§ 2.º O subsídio para renda de casa de habitação será, contudo, elevado nas capitais de distrito na razão de 30 por cento ao estabelecido na tabela anexa.

Art. 109.º Os professores de instrução primária tem direito à aposentação, nos termos do decreto n.º 1, de 17 de Julho de 1886, e do decreto de 21 de Janeiro de 1911, sendo as respectivas pensões pagas pela Caixa de Aposentações.

Art. 110.º As aposentações dos professores serão decretadas pelo Governo, e as respectivas pensões pagas pela caixa respectiva, nos termos da legislação em vigor.

Art. 111.º Os professores de instrução primária ficam sujeitos aos seguintes descontos para a Caixa de Aposentações: 2 por cento até 240\$; 3 por cento nos vencimentos superiores a esta quantia.

§ único. Não sofrem desconto para a Caixa de Aposentações os subsídios de renda de casa ou residência, exceptuando o subsídio a que se refere o artigo seguinte.

Art. 112.º Os professores que tenham percebido o subsídio de residência por mais de dez anos, terão, ao apresentar-se, direito a um acréscimo de pensão correspondente a esse subsídio, desde que continuem residindo nas mesmas cidades, e uma vez que, com esse fim, tenham contribuído para a Caixa de Aposentações com cinco anos do cotas, pelo menos.

§ único. Este desconto poderá protelar-se, pelos vencimentos da aposentação, até completar as cotas indicadas.

Art. 113.º Não tem direito a subsídio de residência os professores de Lisboa e Porto que, anualmente, na totalidade dos seus vencimentos, incluindo o subsídio para a renda de casa, perfizerem 475\$; e bem assim só perceberão, de subsídio, a diferença que vai até aquela importância, os professores que perfizerem mais de 400\$.

Art. 114.º Os professores de ensino primário superior terão os vencimentos de categoria e exercício constantes da tabela anexa.

Art. 115.º As câmaras municipais não poderão, em caso algum, elevar ou diminuir, seja a que título for, os vencimentos dos professores, nem atribuir-lhes, sob qualquer pretexto, gratificação alguma.

Art. 116.º A jurisdição disciplinar dos professores e demais funcionários da instrução primária será a estabelecida nesta lei, regulamento disciplinar dos professores primários, dos funcionários civis.

Art. 117.º As faltas não justificadas ao serviço, quando não excederem a três, seguidas ou interpoladas, em cada mês, importam apenas a perda do respectivo vencimento, sem nenhuma outra penalidade.

§ único. Qualquer inquérito ou sindicância que tenha de ser feito aos professores será realizado pelo inspector do respectivo círculo ou por qualquer funcionário, não estranho ao serviço, que o Governo indicar, e aos demais funcionários será também feito sempre por funcionários de superior ou igual categoria, e nunca por individuo estranho ao serviço.

Art. 118.º O direito de recurso é sempre assegurado para todas as partes e seguindo as vias competentes.

Art. 119.º Os professores que tiverem sido exonera- dos a seu pedido poderão concorrer às escolas vagas, com a garantia de todos os direitos que já tiverem adquirido à data da exoneração; mas não poderão concorrer a nenhuma escola sem haver decorrido um ano, pelo menos, depois da exoneração.

Art. 120.º Os professores que entraram para o magistério primário com a habilitação liceal, nos termos da legislação de 2 de Maio de 1878 e 14 de Junho de 1880 e respectivo regulamento de 1881, quando concorrerem a qualquer escola serão classificados, os que tiverem exercido o ensino complementar, com 14 valores, e os que tiverem exercido somente o ensino elementar com 12 valores, para os efeitos da proposta graduada do inspector escolar.

Art. 121.º Se algum professor pedir a exoneração nas proximidades do termo do ano lectivo, não lhe será dada antes da conclusão dos trabalhos escolares do fim do ano, a não ser que possa ser facilmente substituído, sem prejuizo do serviço.

Art. 122.º Os individuos que tiverem exercido o ensino primário e que estejam exercendo outros cargos públicos poderão ser colocados de novo no ensino official, contanto que o serviço tenha sido bom, nos termos da legislação em vigor.

Art. 123.º Os actuaes professores do ensino normal, quando concorrerem a qualquer escola de instrução primária, terão direito aos vencimentos que à data da nomeação para a nova escola estiverem percebendo, e terão também preferéncia nos concursos, caso o serviço tenha sido bom.

§ único. Nenhum outro motivo de preferéncia poderá ser considerado além dos estabelecidos na presente lei.

Art. 124.º As câmaras municipais criarão cursos de aperfeiçoamento para os professores e instituições post-escolares para os alunos, e promoverão que se organizem bibliotecas escolares, bolsas e missões de estudo, no país e no estrangeiro.

Art. 125.º São restabelecidas, como meio de aperfeiçoamento dos professores primários, as conferéncias pedagógicas instituídas pela lei de 2 de Maio de 1878.

§ único. Estas conferéncias, assim como os congressos

pedagógicos destinados ao mesmo fim, serão oportunamente regulamentadas pelo Governo.

Art. 126.º Das deliberações das câmaras municipais, que forem contrárias aos preceitos legais, no que respeita à instrução primária, recorrerão *ex officio* os inspectores do círculo respectivo, os representantes do Ministério Público das respectivas comarcas, ou os secretários gerais dos governos civis, quer para os tribunais administrativos, quer para o Governo, nos casos em que para elle deva ser interposto o recurso, nos termos legais.

§ único. O disposto neste artigo não impede que os interessados possam interpor directamente os competentes recursos.

PARTE IV

Do ensino normal primário

CAPÍTULO I

Do ensino

Art. 127.º São criadas três escolas normais, respectivamente, em Lisboa, Coimbra e Pôrto, mandando o Governo proceder à sua instalação completa até Setembro de 1916, em substituição das actuais escolas de ensino normal e de habilitação ao magistério primário, às quais será aplicado o disposto no artigo 36.º

§ 1.º Além destas, o Governo poderá criar outras escolas normais, obedecendo ao mesmo modelo, a requerimento das juntas gerais de distrito, quando estas corporações tomem a seu cargo ocorrer a todas as despesas de instalação e de material escolar, contribuindo o Estado com os vencimentos do pessoal docente, auxiliar e menor.

§ 2.º Os encargos mencionados no parágrafo anterior poderão ser assumidos por duas ou mais juntas gerais de distritos limítrofes, confederadas para esse fim.

§ 3.º A instalação da primeira escola normal nos Açores, criada nos termos do parágrafo anterior, será subsidiada pelo Governo com dois terços da despesa.

§ 4.º As escolas, a que se referem os parágrafos antecedentes, só podem ser criadas depois de funcionarem com regularidade as escolas normais de Lisboa, Coimbra e Pôrto.

Art. 128.º Tem por fim as novas escolas normais habilitar professores de ambos os sexos para o exercício do magistério primário, e as suas disciplinas distribuem-se por três anos, compreendendo:

- 1.º Um curso teórico, comum aos dois sexos;
- 2.º Cursos práticos, alguns especiais para cada sexo.

§ 1.º As disciplinas do curso teórico são:

Língua e literatura portuguesa; história da civilização, relacionada com a história pátria; história da instrução popular em Portugal; geografia geral, corografia de Portugal e colónias; cosmografia; matemáticas elementares; sciências fisico-naturais; noções de hygiene geral, hygiene escolar; pedologia; pedagogia geral e história da educação; metodologia; noções de direito constitucional, civil e administrativo; legislação do ensino primário.

§ 2.º Constituem os cursos práticos:

- a) Desenho linear e projecções;
- b) Trabalhos manuais e modelação;
- c) Música e canto coral;
- d) Ginástica pedagógica;
- e) Noções de economia rural, jardinagem e horticultura;
- f) Noções de economia doméstica, costura e labores.

§ 3.º Os alunos-mestres são obrigados, nos dois últimos anos, à prática do ensino primário ou infantil nas escolas anexas às normais, a fim de se habilitarem respectivamente na processologia aplicada.

Art. 129.º Junto de cada uma das escolas normais haverá as seguintes instituições:

- a) Uma escola para crianças de quatro anos aos oito

anos de idade, com a designação do jardim-escola ou escola-infantil;

- b) Duas escolas primárias, para um e outro sexo;
- c) Os laboratórios necessários às disciplinas do curso teórico e dos cursos práticos;
- d) Campo de jogos;
- e) Campo de plantações;
- f) Sala para trabalhos manuais;
- g) Sala para costura e labores;
- h) Museu pedagógico e biblioteca;
- i) Caixa escolar.

Art. 130.º A organização dos serviços das novas escolas normais, o respectivo programa minucioso de todas as disciplinas e sua distribuição, serão objecto do regulamento desta lei.

CAPÍTULO II

Dos alunos

Art. 131.º Aos candidatos à matrícula nas escolas normais exigem-se as seguintes condições:

- 1.º Idade mínima de dezasseis anos, completos à data da matrícula, e máxima de vinte cinco anos;
- 2.º Atestado médico de ter robustez suficiente para o exercício do magistério primário, ser vacinado, e de não sofrer de moléstia contagiosa;
- 3.º Diploma de aprovação no curso das escolas primárias superiores ou de aprovação no exame da 1.ª secção (3.ª classe) do curso geral dos liceus;
- 4.º Diploma de aprovação no exame de admissão à frequência nas escolas normais.

§ 1.º São dispensados das condições estabelecidas neste artigo os candidatos diplomados pelas actuais escolas de ensino normal e distritais, tendo menos de quarenta anos de idade;

§ 2.º O diploma de aprovação no curso geral dos liceus dispensa o exame de admissão à frequência nas escolas normais.

Art. 132.º O exame de admissão às escolas normais versará sobre:

- 1.º Leitura e gramática portuguesa, interpretação do texto e redacção;
- 2.º Língua francesa: leitura, tradução e retroversão;
- 3.º História universal e pátria;
- 4.º Geografia geral e corografia de Portugal;
- 5.º Aritmética, geometria e álgebra elementar;
- 6.º Elementos de física e química;
- 7.º Rudimentos de zoologia, botânica, geologia e mineralogia;
- 8.º Desenho linear e de ornato.

Art. 133.º Será concedida a pensão de 120\$ anuais, pagos em duodécimos, aos alunos que provarem carecer desse subsídio, preferindo os filhos dos professores de instrução primária.

Art. 134.º O número de alunos subsidiados no ano lectivo poderá elevar-se até cem por cada escola normal.

§ único. Ao aluno que perder um ano, por faltas ou reprovação, a menos que seja por motivo de doença autenticada devidamente, não pode ser mais abonado o subsídio a que se refere o artigo anterior.

Art. 135.º Os alunos subsidiados ficam obrigados a servir no ensino oficial durante dez anos sucessivos, ou a restituir as pensões recebidas, ficando inibidos de exercer funções públicas no caso de faltarem a uma destas obrigações.

Art. 136.º A verba para os subsídios, de que tratam os artigos antecedentes, sairá da subvenção do Estado às câmaras municipais para as despesas com a instrução primária.

Art. 137.º Aos alunos matriculados nos termos do § 1.º do artigo 131.º, se forem já professores efectivos, ser-lhes há mantido o vencimento de categoria e a sua co-

locação, frequentando com aproveitamento a Escola Normal.

Art. 138.º O Ministro de Instrução fixará anualmente, em Setembro, sob proposta do conselho de cada Escola Normal, o número de alunos a admitir à matrícula no primeiro ano.

Art. 139.º Concluídos os cursos a que se referem os n.ºs 1.º e 2.º do artigo 128.º, os alunos são obrigados a um exame final de provas práticas e teóricas. A aprovação nesse exame, com a classificação respectiva, confere o diploma de habilitação nas novas escolas normais para o exercício do magistério primário.

Art. 140.º O júri do exame final será constituído por professores das escolas normais, sob a presidência dum professor de ensino normal superior ou dum pedagogo de reconhecida competência.

Art. 141.º Fica autorizado o Governo a criar nas escolas normais, e com o respectivo pessoal docente, cursos de aperfeiçoamento para os professores primários habilitados pelas antigas escolas.

§ único. Os professores que tenham frequentado, com regularidade, os cursos de aperfeiçoamento, poderão requerer admissão ao exame final, a que se refere o artigo 139.º, e obter o respectivo diploma.

Art. 142.º O diploma das novas escolas normais confere aos seus possuidores, que tenham, pelo menos, cinco anos de serviços distintos no magistério primário, o direito de se matricularem no curso de habilitação ao magistério primário superior.

Art. 143.º Os professores diplomados pelas escolas normais, criadas por esta lei, terão preferência nos concursos para o provimento das escolas primárias ou infantis, atendendo-se à classificação do exame final e ficando com o direito ao ordenado dos actuais professores de 2.ª classe, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º desta lei e artigo 10.º e seus parágrafos da lei de 29 de Junho de 1913.

CAPÍTULO III

Dos professores

Art. 144.º Para o primeiro provimento, e enquanto não houver pessoal habilitado nos termos do artigo 2.º do decreto com força de lei, de 21 de Maio de 1911, é o Governo autorizado a contratar pelo período de três anos, a contar da data da nomeação, os professores nacionais ou estrangeiros que julgue necessários à leccionação das disciplinas indicadas nos §§ 1.º e 2.º do artigo 128.º, não podendo nomear mais de doze para as disciplinas do curso teórico, nem mais de sete para os cursos práticos em cada uma das escolas normais.

Art. 145.º Para o provimento ordinário do pessoal docente do curso teórico das escolas normais é applicável o disposto no artigo 2.º do decreto com força de lei de 21 de Maio de 1911.

§ 1.º O provimento ordinário dos professores dos cursos práticos será feito por concurso documental nos termos em que fôr regulamentado.

§ 2.º O pessoal das escolas anexas será determinado em regulamento, de harmonia com as respectivas prescrições legais, e bem assim o número de contínuos e serventes de cada Escola Normal.

Art. 146.º Os directores, secretários e bibliotecários das escolas normais serão professores do quadro das mesmas escolas, por nomeação do Governo.

Art. 147.º O provimento dos lugares de professores das escolas normais será temporário, e só poderá tornar-se definitivo depois de três anos de bom e efectivo serviço.

Art. 148.º Os vencimentos de todos os funcionários das escolas normais são os da tabela anexa a esta lei.

§ único. Os vencimentos do pessoal docente e demais funcionários das escolas de ensino normal e distritais,

que actualmente funcionam, são os constantes na tabela anexa para o pessoal docente e funcionários das escolas primárias superiores.

PARTE V

CAPÍTULO I

Da fiscalização do ensino primário

Art. 149.º O Ministério de Instrução Pública exerce a fiscalização do ensino primário por intermédio da inspecção do ensino primário.

Art. 150.º Para os efeitos da inspecção do ensino primário, o território continental e insular da República é dividido em círculos.

§ único. Os círculos escolares serão setenta e oito e o Governo oportunamente decretará a sua sede e as suas delimitações.

Art. 151.º Os inspectores de círculo inspeccionam, dentro do prazo que lhes fôr prescrito, as escolas dos círculos, que lhes forem distribuídas, dentro do respectivo círculo.

Art. 152.º A nomeação dos inspectores de círculo é feita pelo Governo, mediante concurso de provas públicas.

§ único. Só podem ser admitidos a este concurso os indivíduos que se achem habilitados com o diploma de aprovação no curso da escola normal superior e os professores que tenham cinco anos de bom e efectivo serviço.

Art. 153.º Aos inspectores de círculo incumbe:

1.º Fiscalizar o ensino e a disciplina de todas as escolas primárias dos círculos que lhes forem designadas;

2.º Fazer a inspecção dessas escolas, sem aviso prévio, e nas condições que lhes forem prescritas pelo regulamento respectivo;

3.º Registrar todas as irregularidades que encontrarem no ensino e transmiti-las ao inspector da circunscrição;

4.º Examinar, com o maior escrúpulo, tudo quanto nas escolas respeite ao estado material, ao desempenho dos deveres dos professores, à frequência e ao aproveitamento dos alunos;

5.º Orientar e aconselhar pedagogicamente os professores, tanto pelo que respeita aos métodos de ensino, como aos processos de educação moral;

6.º Elaborar anualmente a estatística do seu círculo e bem assim um relatório, que enviará ao inspector da circunscrição, acerca do ensino e dos serviços que com elle se relacionem;

7.º Organizar as propostas graduadas dos candidatos ao magistério primário da respectiva circunscrição, assim como as consultas, pareceres, informações e outros serviços que por este decreto lhes incumbem;

8.º Propor, por motivos de carácter meramente pedagógico, técnico ou moral, a suspensão, transferência ou demissão dos professores, formalidades que não poderão tornar-se effectivas, sem serem ouvidos os interessados e as respectivas câmaras;

Art. 154.º Os inspectores de círculo são divididos em três classes e terão os vencimentos constantes da tabela anexa.

§ único. A primeira classe terá 20 inspectores, a segunda 20 e a terceira 35.

Art. 155.º A primeira nomeação dos inspectores será sempre para a 3.ª classe, podendo ser promovidos à classe imediata, depois de três anos de bom e efectivo serviço, em harmonia com as vagas que se derem na 2.ª e na 1.ª classe.

Art. 156.º Os inspectores não podem ser editores de livros nem ter interferência directa ou indirecta em qualquer livreria ou casa editora.

§ único. A transgressão do disposto neste artigo importa a pena de demissão, precedendo as formalidades legais.

Art. 157.º Os inspectores de círculo, em serviço de inspecção, terão direito a um subsídio que oportunamente se determinará.

§ único. Em cada círculo escolar, a despesa com a inspecção das escolas nunca poderá exceder a verba anual que for determinada no regulamento respectivo.

Art. 158.º Os inspectores de círculo poderão ser demitidos:

1.º Por falta de zelo no desempenho das obrigações do seu cargo;

2.º Por abuso no exercício das suas funções;

3.º Por desobediência às ordens superiores, em objecto de serviço;

4.º Por actos ofensivos da moral e da ordem pública.

§ único. Os inspectores de círculo poderão ser transferidos, a seu pedido ou por conveniência de serviço, e serão substituídos, nos seus impedimentos, por indivíduos por eles propostos e que o Governo aprove.

Art. 159.º Todo o pessoal da inspecção e das secretarias tem direito à aposentação, nos termos do decreto n.º 1, de 17 de Julho de 1886.

Art. 160.º Fica o Governo autorizado, se assim o julgar conveniente, para a coordenação dos serviços pedagógicos e técnicos e progresso da instrução primária, a criar um lugar de inspector geral, que superintenderá em todos os serviços da inspecção e ficará directamente subordinado ao Ministro.

§ 1.º A nomeação deste funcionário será feita pelo Governo de entre os inspectores de circunscrição, que tenham, pelo menos, cinco anos de bom e efectivo serviço, ou de entre os professores de ensino superior, secundário ou especial e primário, que se hajam distinguido por serviços relevantes prestados à instrução popular.

§ 2.º As atribuições do inspector geral serão determinadas em regulamento especial e o seu vencimento será de 1.350\$, sendo 1.150\$ de categoria e 200\$ de exercício.

Art. 161.º Os funcionários da fiscalização do ensino não poderão fazer parte de corpos ou corporações administrativas nem exercer juntamente qualquer outro cargo público de nomeação ou eleição.

PARTE VI

Disposições transitórias

Art. 162.º Enquanto se não legislar sobre as habilitações precisas para a matrícula no primeiro ano dos liceus, continua essa admissão a ser feita em virtude do diploma de aprovação no exame de ensino primário complementar ou no do 2.º grau da legislação anterior.

Art. 163.º Os alunos que actualmente frequentam as escolas de ensino normal e de habilitação ao magistério, e também os que se matricularem nos três anos lectivos próximos, podem concluir nessas escolas os respectivos cursos.

§ único. Aqueles que desejarem continuar nas mesmas escolas consideram-se matriculados na escola primária superior em igual ano deste curso.

Art. 164.º Os actuais professores das escolas normais e de habilitação para o magistério primário passam para as escolas de ensino primário superior.

Art. 165.º A inspecção sanitária será organizada pelo Governo, em diploma especial.

Art. 166.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 12 de Maio de 1916. — Bernardino Machado — Joaquim Pedro Martins.

Quadro dos professores de ensino primário e tabela dos respectivos vencimentos, a que se refere este decreto e que dele fazem parte

	Vencimentos de		Total
	Categoria	Exercício	
1.ª classe	300,000	60,000	360,000
2.ª classe	252,000	48,000	300,000
3.ª classe	204,000	36,000	240,000
Aos professores regentes das escolas centrais:			
Gratificação	—	—	60,000
Aos professores residentes em Lisboa e Porto:			
Subsidio de residência	—	—	75,000
Subsidio para renda de casa de habitação (a) (b)	—	—	100,000
Aos professores residentes nas outras capitais de distrito e nas sedes dos concelhos de 1.ª classe:			
Subsidio de residência	—	—	30,000
Subsidio para renda de casa de habitação (a) (b)	—	—	50,000
Aos professores residentes nas sedes dos outros concelhos:			
Subsidio para renda de casa de habitação (a)	—	—	30,000
Aos professores residentes em outras localidades:			
Subsidio para renda de casa de habitação (a)	—	—	25,000

(a) Quando não lhes seja fornecida.

(b) Vide § único do artigo 20.º

Tabela do pessoal docente e demais funcionários das escolas primárias superiores

	Vencimentos		Total
	De categoria	De exercício	
Director	400,000	200,000	600,000
Professores ordinários	400,000	100,000	500,000
Professores agregados	300,000	100,000	400,000
Professores interinos	360,000	—	360,000
Secretário	—	50,000	50,000
Continuo	—	—	180,000
Servente	—	—	120,000

Tabela do pessoal docente e demais funcionários das escolas normais

	Vencimentos
1 Director, gratificação	100,000
1 Secretário, gratificação	90,000
1 Bibliotecário, gratificação	80,000
12 Professores do curso teórico, vencimentos de categoria, a 600\$, e de exercício, a 200\$	9.600,000
7 Professores dos cursos práticos, vencimentos de categoria, a 400\$, e de exercício, a 100\$	3.500,000
12 Professores para as escolas anexas:	
Vencimentos de categoria de professores primários de 1.ª classe, a 250\$	3.000,000
Vencimentos de exercício de professores de 1.ª classe, a 50\$	600,000
Subsídios de residência, a 75\$	900,000
Renda de casa, a 100\$	1.200,000
1 Amanuense, de categoria, a 250\$, e de exercício, a 50\$	300,000
Para o pessoal menor	1.500,000
Expediente	300,000

Quadro e tabela dos vencimentos dos funcionários
pertencentes ao serviço de fiscalização do ensino primário,
a que se refere o decreto datado de hoje e que dêle fazem parte

	Vencimentos		Total
	De categoria	De exercício	
75 Inspectores de círculos escolares:			
20 de 1. ^a classe	600,000	100,000	700,000
20 de 2. ^a classe	500,000	100,000	600,000
35 de 3. ^a classe	450,000	50,000	500,000
A cada inspector de círculo para despesas de expediente.	—	—	50,000

Paços do Governo da República, 12 de Maio de 1916.—O Ministro de Instrução Pública, *Joaquim Pedro Martins*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Administração Geral dos Correios
e Telégrafos

3.^a Direcção

1.^a Divisão

PORTARIA N.º 668

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, que seja concedida a isenção de franquia para a correspondência a expedir, por intermédio do correio, pela Cruzada das Mulheres Portuguesas, a título de propaganda patriótica da mesma Cruzada, devendo transitar aberta.

Paços do Governo da República, 12 de Maio de 1916. - O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *António Maria da Silva*.